



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Educação
Departamento de Teoria e Prática do Ensino

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Currículo
2025.1


Prof.ª Andréa Pereira Pinto
Coordenadora do Curso de Zootecnia

1. Identificação					
1.1. Unidade: Faculdade de Educação					
1.2. Curso: Zootecnia					
1.3. Nome da Disciplina: Educação em Direitos Humanos					
1.4. Código da Disciplina: PC0353					
1.5. Caráter da Disciplina: () Obrigatória (X) Optativa					
1.6. Regime de Oferta da Disciplina: (X) Semestral () Anual () Modular					
1.7. Carga Horária (CH) Total: 64	C.H. Teórica: 64	C.H. Prática:	C.H. EaD:	C.H. Extensão:	C.H. Prática como componente curricular – PCC ¹ (apenas para cursos de licenciatura):
1.8. Pré-requisitos (quando houver):					
1.9. Co-requisitos (quando houver):					
1.10. Equivalências (quando houver):					
1.11. Professores:					
2. Justificativa					
A disciplina Educação em Direitos Humanos (EDH) foi criada no curso de Pedagogia buscando contribuir com a formação de profissionais para atuar na docência e na gestão da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), bem como outros profissionais que atuam na formação de pessoas, direcionando-os para um trabalho pedagógico comprometido com a formação de crianças, adolescentes e pessoas capazes de ler e escrever não apenas palavras; mas, também, o mundo à sua volta, à medida que se constituem cidadãos e sujeitos de direitos. A Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, acrescentou o § 5º ao art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996), para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino					

¹ O registro da carga horária de PCC deve ser realizado apenas como informação da característica do componente, sem ser somada com os demais elementos (CH prática, teórica, EAD e extensão), visto que a PCC pode estar diluída em qualquer um desses.

fundamental:

§ 5º - O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Nessa perspectiva, buscando não apenas dar cumprimento à lei, mas, também, considerando a necessidade e importância de se **divulgar, promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes** consideramos indispensável garantir na formação do/a pedagogo/a e demais profissionais que atuam e/ou atuarão como docentes na educação básica, o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Rede de Proteção existente na sociedade civil para a garantia desses direitos. Consideramos relevante, ainda, incluir conteúdos e temáticas sociais que possam contribuir para suscitar reflexões e ampliar a compreensão crítica de mundo acerca de como funciona a sociedade em que vivemos e de que forma é possível defendermos e lutarmos pela sua transformação.

Vivemos numa sociedade em que se deturpa o sentido das lutas por direitos humanos, ao mesmo tempo em que se evidencia um despreparo para enfrentar os abusos e as explorações a que estão submetidas nossas crianças. É obrigação das agências formadoras de educadores garantirem espaços curriculares para a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da Educação em Direitos Humanos.

Esta concepção já é partilhada pelos órgãos gestores da educação nacional à medida que o MEC, por meio do Conselho Nacional de Educação, aprova a Res. Nº 1, de 30 de maio de 2012, que torna obrigatório o componente curricular Educação em Direitos Humanos (EDH) para todos os cursos de graduação. O Brasil tem um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e é signatário de várias resoluções internacionais para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. **Os avanços na legislação precisam ser acompanhados de conquistas práticas na vida cotidiana.**

É, portanto, nossa função, como formadores de profissionais que atuarão em espaços escolares e não escolares, divulgar, promover e defender os direitos de crianças e adolescentes, preparando teórica e praticamente os futuros docentes.

3. Ementa

Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura de paz e cidadanias. O nascituro, a criança e o adolescente como sujeitos de direito: perspectiva histórica e legal. O ECA e a rede de proteção integral. Educação em direitos humanos na escola: princípios orientadores e metodologias. O direito à educação como direito humano potencializador de outros direitos. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito à educação. Igualdade e diversidade: direito à livre orientação sexual, direitos das pessoas com deficiência, direito à opção religiosa e direitos ligados à diversidade etnicorracial. Os direitos humanos de crianças e de adolescentes nos meios de comunicação, nos livros didáticos e nas mídias digitais.

4. Objetivos – Geral e Específicos

I – Geral

Analisar acerca dos direitos humanos no âmbito da sociedade capitalista, considerando a diversidade social e cultural presentes na sociedade brasileira, buscando conhecer os fundamentos históricos, legais, teóricos e as condições atuais que permitem explicitar as disparidades e desigualdades existentes, bem como discutindo formas de engajamento e participação nas lutas para a efetivação de direitos que assegurem a plena cidadania.

II – Específicos

Examinar acerca da trajetória dos Direitos Humanos e da Cidadania, da antiguidade à contemporaneidade;
 Reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;
 Identificar a dimensão pedagógica do ECA, identificando a rede de proteção integral existente para a garantia dos direitos e denúncia das violações a estes direitos;
 Discutir sobre a situação do Idoso, mulheres, negros, da pessoa com deficiência, população indígena, orientação sexual e outras questões relativas às minorias sociais, reafirmando os seus direitos e defendendo a legitimidade de suas lutas.

5. Descrição do Conteúdo/Unidades

Carga
Horária

Unidade I : Educação, Direitos Humanos (DH) e cidadania

Texto 1: O que são Direitos Humanos; Cidadania e sua história (DALLARI, 1999);

Texto 2: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948);

Texto 3: O direito à Educação (DALLARI, 2007; Artigos 205 a 214 da CF/1988; LDB nº 9.394/1996 (Artigos 1º ao 7º; e de 21 ao 36);

Unidade II: Educação em direitos humanos no Brasil: avanços e conquistas

Texto 4: O Brasil rumo a uma sociedade justa (DALLARI, 2007); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) - Síntese/ideias centrais da introdução, objetivos gerais, linhas gerais de ação, educação básica);

Texto 5: ECA (Lei nº 8.069, de 13/07/1990 – Selecionar e sintetizar principais artigos do Livro 1 – Parte Geral - 267 artigos); **O Estatuto da Criança e do Adolescente** e a concretização do direito à educação básica (MOREIRA; SALLES, 2015);

Texto 6: Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie”. (KRAMER, 2008) e dados sobre a Infância no Brasil Atual;

Texto 7: Direitos Humanos: desafios para o século XXI ; **Estatuto da Juventude** (Lei nº 12.852, de 5/08/2013 - 48 artigos; Dados atuais sobre a juventude no Brasil (nº de jovens, escolaridade básica, índice de desemprego e de trabalho;

Unidade III: Direitos Humanos e as lutas dos grupos ditos “minorias sociais”

Texto 8: Entenda como funciona a Lei da Inclusão. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146, de 6/07/2015 – Selecionar artigos do Livro I – Parte Geral – Títulos I e II -127 artigos –)

Texto 9: Dados sobre o idoso no Brasil. **Estatuto do Idoso** (Lei nº 10.741, de 1/10/2003 – Dos direitos fundamentais, das medidas de proteção – 118 artigos);

Texto 10: A questão das mulheres, a diversidade de gênero e as lutas LGBTs no Brasil. Dados sobre essas minorias sociais;

Texto 11: A questão dos negros e das populações indígenas no Brasil; **Estatuto do índio/1973**; Situação social e dados sobre essas minorias sociais.

6. Metodologia de Ensino

Aulas expositivas dialogadas; leituras de livros e textos; seminários temáticos; análise de documentos oficiais; outras atividades de pesquisas; elaboração de trabalho final individual ou em duplas: portfólio de aprendizagem, diário de bordo, cartas, memorial, artigo científico, e-book ou outro.

7. Atividades Discentes

8. Avaliação

A avaliação da aprendizagem será feita com base em critérios, tais como: assiduidade, participação, envolvimento nas atividades propostas.

9. Bibliografia Básica e Complementar

- ARAÚJO, Ângela Maria C.; FACCHINI, Regina. **Mulheres e direitos humanos no Brasil: avanços e desafios**. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/mulheres-e-direitos-humanos-no-brasil-avancos-e-desafios>>. Acesso em 15 out. 2020.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flakman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafio para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G.; (org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- _____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1996.
- _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2010.
- _____. **Estatuto do idoso**. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2013.
- _____. **Estatuto da igualdade racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em 04 jan. 2021.
- _____. **Estatuto da juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em _____.
- _____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei no 13.146, de 6 de Julho de 2015. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2015.
- _____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/MJ/UNESCO, 2009.
- _____. **Estatuto do Índio**. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm >. Acesso em 20 jul. 2019.
- CEARÁ. **Quais são os povos indígenas no Ceará?** Disponível em: < <https://rudicascaes.com/quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/> > Acesso 20 out 2020.
- DALLARI, Dalmo de A.. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999.
- _____. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Rosa Maria G. et. al. (orgs.). **Educação e direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.



Prof.ª Andréa Pereira Pinto
Coordenadora do Curso de Zootecnia